



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
77ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2
3 A septuagésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no
4 auditório da SEMA, Porto Alegre-RS, no dia dez de setembro do ano de dois mil e quatorze,
5 às quatorze horas e quinze minutos. **Compareceram** os conselheiros: Neio Lúcio Fraga
6 Pereira - SEMA – Presidência; André Sant’Ana Stol’atuck, Secretaria da Agricultura –
7 SEAPA - representante; Margareth Vasata, Secretaria do Planejamento – SEPLAG –
8 representante; Diogo Machado Nunes - SEDAI – representante; Carlos Alberto Prade,
9 Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico - SCIT– representante;
10 Tânia Zoppas, Comitê Caí, titular; Renato Zenker, Comitê Camaquã - titular; Ivo Mello,
11 Comitê Ibicuí – titular; Paulo Robinson Samuel, Comitê Gravataí - titular; Daniel Schmitz,
12 Comitê Taquari-Antas – titular; Roberto Damásio de Carvalho, Comitê Santa Maria - titular;
13 André Luiz V. C. Oliveira, Comitê Lagoa Mirim – Canal São Gonçalo - titular. **Ausentes:**
14 SOP, Secretaria da Saúde; Secretaria Especial de Assuntos para a Casa Civil, Secretaria
15 dos Transportes – SEINFRA; Sistema Nacional de Meio Ambiente, Comitê Apuaê-
16 Inhandava, Comitê Lago Guaíba, Comitê Tramandaí, Comitê Quaraí. **Ausência Justificada:**
17 Sistema Nacional de Meio Ambiente, Comitê Ibicuí. **Demais:** Sergio Miotto, Comitê Apuaê-
18 Inhandava; Júlio Salecker – Comitê Pardo; Mário Florisbal Damé – Comitê Baixo Jacuí;
19 Fernando Meirelles, Comitê Quaraí; Luiz Alberto Gastaud – Comitê Lagoa Mirim e Canal
20 São Gonçalo; Camila Reis Oliveira – CIENTEC; Ana Lúcia P. Flôres Cruz, SINDIAGUA/RS;
21 Shirley D. Nielsen, ABES-RS; Carlos Bortoli, PROFILL; Josimar Moschaidler e Claudir Luiz
22 Alves, Comitê Passo Fundo; Eldo Costa, Comitê Santa Maria; Simonia G. Oliveira, Comitê
23 Várzea; Patrícia Moreira Cardoso e Carmem Silveira da Silva, Secretaria Executiva do
24 CRH/SEMA. Iniciando os trabalhos com a apresentação sobre o Plano de Bacia do Rio dos
25 Sinos, o representante da Profill, Carlos Bortoli, que desenvolveu a fase C do Plano de
26 Bacia dos Sinos, informa que este foi uma complementação do enquadramento que é o
27 projeto da apresentação, e que terminou com o plano de ações. O contexto plano teve uma
28 fase inicial, uma chamada consolidação de base técnica na fase A, a fase enquadramento e
29 complementação de enquadramento que começou em outubro de 2013 e terminou em
30 março de 2014, há aproximadamente seis meses, e a fase C. Do ponto de vista da
31 elaboração do enquadramento, foram 35 encontros entre reuniões internas, do comitê, das
32 comissões de acompanhamento e eventos públicos. Oito reuniões técnicas entre a
33 comissão de acompanhamento, dez reuniões da comissão de acompanhamento, seis na
34 CPA do comitê, havia instâncias de deliberação que eram consultadas a cada momento que
35 o processo de enquadramento andava, uma delas era a CPA do comitê, e seis plenárias do
36 comitê Sinos, além de cinco reuniões públicas. A primeira das definições para o
37 enquadramento foi a vazão de referência, qual vazão de referência é válida para o
38 enquadramento, no Sinos se decidiu pela Q85. Com relação aos cursos de água a serem
39 enquadrados, além de definir os seis cursos de água que fariam parte do contrato final de
40 enquadramento da bacia dos Sinos, foram definidas as segmentações dos cursos de água,
41 onde os trechos tinham situações características e que precisavam ser segmentadas para
42 que o enquadramento fizesse mais sentido, que tivesse condição de efetividade. Outra das
43 definições importantes são as metas intermediárias e os exames temporais, o
44 enquadramento foi planejado para 25 anos com essas metas intermediárias, sendo que,
45 devendo sair mais ou menos um percentual da população a ser atendida pelo esgotamento
46 sanitário. Além desse enquadramento que foi decidido, tão esperado na bacia, havia as
47 pendências com o licenciamento em função do enquadramento. Ao todo, foram 34 ações
48 deliberadas e aprovadas. Resta então o enquadramento realizado e as ações por serem
49 efetivadas. Ao final de uma série de questionamentos técnicos, o representante da FEPAM,
50 Diego Carrilo, apontou a necessidade de se criar uma minuta de resolução do CRH para as
51 diretrizes de outorga e colocar para aprovação do CRH, tanto a parte qualitativa quanto a
52 parte quantitativa. Essa é a próxima etapa. Também se coloca à disposição. O Diretor do
53 DRH, Marco Mendonça, informa que no caso dos Sinos, foram instaladas duas estações,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

54 uma em Caraá e outra em Campo Bom, nesse momento estão instalando um lote de doze
55 estações. Foram adquiridas mais dezoito na semana passada e a ideia é que até o final do
56 ano em torno de trinta estações tenham sido instaladas no estado. E outra coisa sobre a
57 bacia dos Sinos, o DRH está aguardando por um estudo técnico para fazer uma revisão a
58 partir do ano que vem para trabalhar as questões de outorgas para o setor de irrigação na
59 bacia dos Sinos. O Secretário de Meio Ambiente, Neio Lucio Fraga Pereira, retoma o
60 primeiro ponto da pauta: as comunicações. O primeiro item das comunicações é o ofício
61 161/2014 da Secretaria do Desenvolvimento e Promoção do Investimento, informando que o
62 representante da secretaria será hoje o senhor Diogo Machado Nunes, excepcionalmente. O
63 próximo item da comunicação seria o encaminhamento pelo CRH de uma solicitação do
64 comitê de gerenciamento de bacia do rio Gravataí para a alteração do regimento interno. Foi
65 deliberado no comitê uma proposta de alteração que deverá ser encaminhada para a CTIJ e
66 depois para apresentação e aprovação no CRH. Os próximos itens se referem a inserções
67 de pauta. O primeiro item também referente ao Comitê Gravataí e seria para a deliberação
68 do CRH o reconhecimento do território de irrigação e usos múltiplos da água da bacia do rio
69 Gravataí, solicitação e encaminhamento pelo CRH. O segundo seria a solicitação do comitê
70 Gravataí de inserção para votação na ordem do dia para a renovação do acordo sobre
71 retirada de água na bacia do rio Gravataí (Safra 2014-2015). O próximo item a ser incluído
72 também para deliberação, é a aprovação do regimento interno do comitê de bacia do rio
73 Mampituba, e o último item, moção de apoios sobre a PEC da água que seria uma
74 solicitação de moção do CRH do comitê de bacia do Alto Jacuí, com apresentação de
75 representante do SINDIÁGUAS. Para a aprovação do CRH. Aprovadas as inclusões dos
76 itens relatados. O primeiro item da ordem do dia seria a aprovação das atas 21ª, 22ª das
77 reuniões extraordinárias que ocorreram para aprovação da primeira versão do plano
78 estadual de recursos hídricos e a 74ª e 75ª da reunião ordinária do CRH – RS. Por questões
79 técnicas as atas foram perdidas, sendo que, a proposta é que se poderia passar para o CRH
80 as atas das duas reuniões extraordinárias para aprovação. A proposta foi aprovada por
81 unanimidade. Manifestações da Plenária: cada vez mais se comprova a necessidade de
82 infraestrutura na secretaria-executiva do Conselho de Recursos Hídricos para que esses
83 problemas não venham a prejudicar os encaminhamentos dos órgãos superiores do
84 sistema. O próximo item é o reconhecimento da proposta do território de irrigação dos usos
85 múltiplos da água do TIUMA, da bacia hidrográfica do rio Santa Maria, conforme deliberação
86 da reunião anterior, o encaminhamento que foi dado foi encaminhar ao DRH faria o parecer.
87 A Secretaria de Obras Públicas foi convidada para fazer uma apresentação sobre o PIUMA,
88 porém não foi dado o retorno sobre a confirmação. No entanto, a parte do DRH foi feita, que
89 era a apresentação do parecer sobre as implicações técnicas na configuração desse
90 território. O Diretor do DRH, Marco Mendonça, faz uma breve apresentação sobre o item de
91 pauta: avaliando os projetos que estão sendo discutidos atualmente, a outorga coletiva não
92 é propriamente uma novidade aqui no estado, existem alguns casos concretos onde já se
93 faz isso, se faz algumas ressalvas, prioritariamente que obedeça a delimitação da sub-bacia
94 responsável pelas sessões hidrológicas. Na parte do DRH não teria problema de reconhecer
95 o TIUMA, mas avaliando outras questões e as interferências que vão ser feitas, terá que ser
96 feito um estudo de impacto ambiental a posteriore, porque será outorgado um volume x de
97 água e a partir dali a forma como vai ser distribuída, gerenciada e seus respectivos
98 impactos, deverá ter um projeto propriamente dito mais esmiuçado para se poder avaliar em
99 detalhes. A questão que está em discussão e posta para a votação no CRH, é o
100 reconhecimento sobre a territorialidade, uma sub-unidade da bacia do Santa Maria. Após as
101 explicações técnicas da Chefe de Divisão de Outorga, o assunto retornará para pauta e
102 deliberação. O próximo item de pauta referente ao expediente administrativo que trata da
103 proposta de minuta de alteração do decreto estadual de composição do CRH, que foi objeto
104 do grupo de trabalho(desde 2012). O decreto estadual altera o regimento interno de
105 composição do CRH. A proposta apresentada na plenária sugere que o CRH aprove a
106 atualização das vagas das secretarias de Estado, com a consequente ampliação da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

107 quantidade destas, até haver condições de mudar a lei estadual e pleitear o equilíbrio das
108 vagas entre Comitês e Secretarias de Estado (inserção da Secretaria de habitação e
109 Saneamento, Secretaria de Desenvolvimento Rural e Secretaria de Segurança Pública)
110 através de publicação do decreto estadual visando essa composição. Após, teria a alteração
111 do regimento interno pelo CRH. A decisão acordada pela maioria (com uma discordância)
112 junto ao CRH é de não encaminhar alterações no Decreto Estadual de composição até as
113 eleições e que as entidades representativas das sociedades possam indicar aos candidatos
114 as necessidades de alteração. O próximo item retoma a questão do reconhecimento do
115 TIUMA Taquarembó e Jaguari. A Chefe de Divisão de Outorga, Rejane Abreu, esclarece
116 algumas questões sobre os parâmetros técnicos sobre o parecer distinguindo as
117 especificidades das legislações quando se trata dos tipos de intervenções estruturais. Após,
118 é colocada em votação com aprovação unânime. Próximo item de pauta é a aprovação da
119 minuta de resolução que cria o grupo de trabalho da câmara técnica de águas subterrâneas,
120 em relação à alteração do decreto estadual nº 42.047/2002. A chefe de divisão de outorga,
121 Rejane Abreu, explica que o DRH vem enfrentando há bastante tempo muitos problemas
122 em relação à perfuração de poços de forma irregular, sem autorização. O Grupo de
123 Trabalho criado no âmbito da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas está propondo um
124 maior disciplinamento sobre tais situações. Outra questão, o grupo saiu de dentro da
125 câmara técnica, se chamou pessoas de outros órgãos, do CREA, CPRM, UFRGS, que
126 auxiliaram na redação desse decreto que ainda está passando pela análise de dois
127 promotores do Ministério Público Estadual. Foi sugerida pelo conselheiro Daniel Schmitz a
128 troca da identificação da Instituição pelo Comitê em que o representante atua (quando for o
129 caso). O Diretor do DRH, Marco Mendonça, faz uma breve contextualização sobre o
130 universo dos poços outorgados no Rio Grande do Sul, exemplificando a precariedade no
131 cenário atual quando cruza a realidade outorgada (cerca de 10.000 poços) com as
132 informações existentes de outras fontes (Censo 2010, IBGE , aponta a existência de
133 503.000 poços no estado). Informa que a Associação Gaúcha de Perfuradoras já entrou
134 com uma liminar na justiça para derrubar artigo da Resolução CRH 141/2014 (Plano
135 Estadual de Recursos Hídricos) que trata das exigências técnicas para as empresas
136 perfuradoras que solicitam outorga. A Chefe da Divisão de Outorga, Rejane Abreu, finaliza
137 afirmando que o decreto estadual só trata de águas subterrâneas, e que está preocupada
138 com a proximidade do final de ano, pode-se correr o risco da proposta de alteração não
139 chegar na casa civil. O Secretário de Meio Ambiente, Neio Lucio Fraga Pereira, informa que
140 parte dos problemas referente à necessidade de técnicos será equacionada, pois, no
141 próximo dia 28 de setembro ocorrerá o concurso público do estado, onde está incluído a
142 SEMA, com grande parte das vagas para o Departamento de Recursos Hídricos. Após, é
143 colocada em votação a minuta de resolução que reconhece o grupo de trabalho da câmara
144 técnica de águas subterrâneas. Proposta aprovada por unanimidade. Próximo item de
145 pauta, encaminhamento sobre a criação do TIUMA do Gravataí. O conselheiro Paulo
146 Robinson afirma que, conforme a regra da criação do território de irrigação dos usos
147 múltiplos da água, a proposta foi encaminhada e aprovada pelo Comitê Gravataí e agora é
148 repassado para o CRH reconhecer ou não. O território que foi definido na bacia do Gravataí,
149 o assentamento Filhos de Sepé em Viamão, é uma área complexa, onde a sociedade vem
150 trabalhando através do plano de ações para sua melhoria. É aprovado por unanimidade o
151 encaminhamento sugerido (Comitê Gravataí encaminha Relatório Técnico para o DRH, que
152 encaminha o parecer técnico e reenvia para o CRH para votação). Próximo item de pauta:
153 publicação da renovação do acordo sobre retirada de água na bacia do rio Gravataí (Safra
154 2014-2015). O conselheiro Paulo Robinson afirma que esse processo existe desde 2005,
155 precavendo de possíveis mudanças no processo da tomada de água do Rio Gravataí.
156 Houve avanços desde 2005, evitando, mesmo com falta de chuva, a falta de água, pois
157 mesmo com um acordo político comum entre as partes envolvidas, reconhece-se o
158 instrumento legal e a necessidade do seu reconhecimento. O conselheiro Paulo Robinson
159 informa que os dois principais usuários sentaram, acordaram, articularam e agora o Comitê



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

160 Gravataí encaminha para a submissão ao CRH o reconhecimento sobre a decisão. A
161 republicação do acordo foi aprovada pelo CRH por unanimidade. Próximo item de pauta:
162 aprovação do regimento interno da bacia hidrográfica do rio Mampituba. O vice-presidente
163 da Câmara Técnica Institucional e Jurídica (CTIJ), Eldo Costa, representante do comitê do
164 rio Santa Maria, informa que o regimento interno do rio Mampituba está aprovado pelo
165 comitê e que foi feita a análise pela CTIJ. O Comitê está solicitando esta aprovação com
166 urgência, pois estão nas tratativas da oficialização do convênio de manutenção e um dos
167 pré-requisitos é justamente a o regimento interno. Em votação, foi aprovado por
168 unanimidade pelo CRH. O último ponto de pauta é a deliberação sobre a moção de apoio da
169 PEC da água. Foi solicitada apresentação do Sindiáguas. A representante do Sindiáguas,
170 Ana, apresenta a proposta de emenda a Constituição Estadual 230/213, explicando que esta
171 versão está na Comissão de Constituição de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia
172 Legislativa. Ela já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, que tem a
173 competência para dizer se é constitucional ou não perante a Casa Legislativa. Por sugestão
174 do conselheiro Daniel Schmitz, sugere-se aprovar a moção retificando o inciso 3, colocando
175 que a unidade básica de gestão de recursos hídricos é a bacia hidrográfica. O conselheiro
176 afirma que sempre que tiver algum gestor que queira sair de um serviço público para outro,
177 ele tem que consultar a sua população. Na moção especificamente, o Sindiáguas está
178 pedindo que ela saia da comissão de saúde e meio ambiente e tramite novamente, com
179 parecer favorável e que siga o curso normal dentro da Assembleia Legislativa. Foi colocada
180 para aprovação com correção do inciso 3º, moção aprovada por unanimidade. O conselheiro
181 Daniel Schmitz informa sobre a realização, pela manhã, da reunião no Fórum Gaúcho de
182 Comitês no qual o assunto principal de pauta fora os convênios de manutenção dos comitês
183 de bacia hidrográfica. A pauta se deu em virtude de uma série de dificuldades em
184 desenvolvimento dos convênios e acordo para assinatura dos convênios de manutenção. O
185 fórum gaúcho faz uma recomendação ao CRH que seja criado um grupo de trabalho para
186 dirimir qualquer dúvida e fazer encaminhamentos oficiais para dentro do CRH da
187 manutenção dos comitês de bacia hidrográfica, estado de utilização dos recursos do Fundo
188 de Recursos Hídricos para manter a base, o sistema de participação está precário por
189 diversos motivos e reconhecimento dos comitês e das instâncias de convênios, que são as
190 entidades conveniadas com o governo do estado, internamente pelo dialogo ou pela
191 dificuldade de tramitação e pela figura chamada CAGE. O comitê de bacia hidrográfica, em
192 dialogo com o DRH e os setores de planejamento da própria SEMA acordou em fazer esse
193 grupo de trabalho para que ele tramite por dentro do sistema, no órgão superior do sistema.
194 Se recomendou que houvesse um grupo de trabalho misto de três comitês titulares e três
195 suplentes juntamente com os órgãos de planejamento e financeiro da SEMA para que a
196 partir desse grupo de trabalho se fizesse a construção de instrumentos para dirimir qualquer
197 desacordo em relação a regramentos oficiais e legais do uso de recurso e que a partir daí o
198 CRH tome sua posição clara e defina encaminhamentos em relação a isso. A
199 recomendação é que também se tenha o Tribunal de Contas e a CAGE dentro desse grupo.
200 O conselheiro Daniel Schmitz solicita esclarecimentos sobre a deliberação do grupo de
201 trabalho para o Plano Estadual de Recursos Hídricos, ressaltando que é um grupo que já
202 deveria estar trabalhando há mais tempo, pois tratará de questões relativas a
203 implementação da cobrança e das agências. Com a definição dos nomes, faltaria definir
204 uma dinâmica. A Secretária-Executiva Adjunta do CRH, Carmem Silva, informa que a
205 publicação da resolução que cria a Câmara Técnica está no jurídico para publicação, e que
206 houve demora no retorno da confirmação dos representantes para constituição do grupo.
207 Informa que ligou para a maioria dos representantes até conseguir as indicações. Não
208 havendo mais nada a tratar, eu, Patrícia Moreira Cardoso, lavrei a presente ata que
209 posteriormente será' encaminhada aos membros para aprovação na próxima reunião do
210 CRH.